

HABEAS CORPUS Nº 546.481 - MG (2019/0346601-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : LEO MACIEL JUNQUEIRA RIBEIRO E OUTRO
ADVOGADOS : JOSE ARTHUR DI SPIRITO KALIL - MG077465
LEO MACIEL JUNQUEIRA RIBEIRO - MG197832
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS
PACIENTE : R A DOS S
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS
GERAIS

DECISÃO

R. A. DOS S. requer a reconsideração da decisão de fls. 52-53, por meio da qual indeferi liminarmente o habeas corpus, dada a insuficiência na instrução do feito.

Juntados os documentos faltantes e esclarecida a situação do paciente (**ainda não foi cumprido o mandado de prisão**), reconsidero o referido *decisum* para conhecer do *writ* e passo ao exame do pedido de urgência.

Alega sofrer coação ilegal ante acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça de Minas Gerais** na Apelação Criminal n. 1.0183.14.014329-2/002, que determinou o início da execução provisória da pena antes do trânsito em julgado da condenação.

Assinala que, por ocasião do decreto condenatório, nada foi salientado a respeito da manutenção da prisão preventiva, pois o réu respondeu solto ao processo. No entanto, a providência é incabível antes do trânsito em julgado da condenação, consoante entendimento sedimentado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADC's 43, 44 e 54.

Por essa razão, requer a observância da decisão proferida em ação declaratória de constitucionalidade, com a expedição de alvará de soltura em benefício do paciente.

Decido.

O réu respondeu a instrução criminal **solto** e sua condenação pela prática de estupro de vulnerável foi confirmada pelo Tribunal estadual em **26/3/2019**. O Tribunal de Justiça não se manifestou sobre eventual prisão preventiva e determinou a execução imediata da pena.

Não houve omissão no édito condenatório. À época, existia **tese de repercussão geral** fixada pelo Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal na análise do ARE n. 964.246/SP (julgado em 11/11/2016), **de que era possível a execução do acórdão de segundo grau antes do trânsito em julgado da condenação, na pendência de recursos especial e extraordinário**, para garantir a efetividade do direito penal e dos bens jurídicos constitucionais por ele tutelados. Isso porque, ausente o efeito suspensivo dos reclusos e esgotada a discussão sobre matéria fática, a providência não implicaria violação do princípio da presunção de inocência. **O entendimento era aplicável a todos os processos em curso.**

Entretanto, no dia 7/11/2019, o **Supremo Tribunal Federal modificou esta compreensão ao concluir o julgamento das ADC's 43, 44 e 54**. Por maioria de votos (6 X 5), o Plenário decidiu que é constitucional a regra do Código de Processo Penal que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso para o início do cumprimento da pena. **O art. 283 do CPP** está em conformidade com a garantia prevista no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal.

A decisão proferida em ação declaratória é irrecurável, ressalvada a interposição de embargos declaratórios, não podendo, igualmente, ser objeto de ação rescisória (art. 26 da Lei n. 9.986/1999). Tem eficácia contra todos e efeito vinculante, inclusive em relação aos órgãos do Poder Judiciário. Desde 7/11/2019, no estado de coisas atual, não se poder dar início da execução após o exaurimento da jurisdição ordinária. Entretanto, **permanece a possibilidade de prisão *ante tempus***, por ato judicial motivado, mediante indicação concreta de razões fáticas e jurídicas que a justifiquem, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

In casu, **tem-se que o paciente estava solto quando da confirmação da condenação pelo Tribunal de Justiça**. O órgão deixou de reexaminar eventuais exigências cautelares do caso concreto e determinou a execução imediata da pena (fls. 43-44).

O caso, portanto, possui nuances que impedem o acolhimento integral do pedido. Com efeito por ocasião da condenação, somente não houve exame de eventual imposição de prisão preventiva porque à época era aplicável aos processos em curso tese de repercussão geral que permitia o início imediato do cumprimento da pena e, **apesar de haver respondido solto, ainda não foi expedido mandado de prisão contra o réu, de modo que não há guia de execução.**

As decisões do Supremo Tribunal Federal, proferidas em sede de controle abstrato, possuem eficácia *erga omnes*. Entretanto, é no processo que se desenvolve entre as partes que o caso concreto será julgado conforme a decisão plenária. É por isso que não cabe, diretamente, o ajuizamento de reclamação constitucional quando houver possibilidade, nas instâncias antecedentes, de modificação da decisão contrária à jurisprudência vinculante. O mesmo ocorre perante o Superior Tribunal de Justiça, pois estaria caracterizada a supressão de instância.

Há de se compreender que a postulação direta às Cortes Superiores não deve ser a primeira opção a ser considerada. A parte deverá requerer, nas instâncias ordinárias, a garantia da autoridade da decisão proferida em ação declaratória de constitucionalidade. A atuação deste Superior Tribunal só se justifica nos processos em que determinou a execução imediata da pena ou quando o órgão de segundo grau negou observância à decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, situações que não verifico na hipótese.

À vista do exposto, *in limine*, **concedo habeas corpus**, em menor extensão, para determinar que o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais se manifeste sobre a situação do paciente e a execução imediata de suas penas, à luz das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas **ADC's 43, 44 e 54**.

Não há prejuízo de futura análise da insurgência, em eventual impetração que venha a ser aforada, já a partir de ato coator atribuído a órgão de segundo grau.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**